

O PRÉ-CHOQUE

E a primeira missão que Sarney apresenta a Bresser: antes do congelamento, ele tem de criar uma política de abastecimento para reduzir a inflação no setor.

Uma nova política de abastecimento para o País, destinada a impedir um efeito inverso das altas taxas de inflação sobre a classe trabalhadora, deverá ser anunciada ainda este mês pelo governo. Os estudos estão sendo feitos no Ministério da Fazenda, segundo informações liberadas ontem pelo Palácio do Planalto, em Brasília. O governo também garantiu que a economia não será levada à recessão e que o crescimento de apenas 3% em 1987 não afetará a receita tributária da União dos Estados. Essa garantia foi dada pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, ao governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, durante audiência em que foi discutido o programa de saneamento financeiro do Estado.

De acordo com o Palácio do Planalto, o presidente José Sarney está preocupado com o impacto dos preços dos gêneros alimentícios no processo de realinhamento dos preços e tarifas em geral. Este impacto, segundo entende o presidente da República, deve ser minimizado para que não se venha a deflagrar no País um efeito perverso do realinhamento, que seria o aumento da desnutrição pela absoluta falta de poder aquisitivo dos trabalhadores.

O realinhamento dos preços, segundo se informa no Palácio do Planalto, não está concluído. Ainda serão necessários alguns aumentos de preços para setores de grande importância e para algumas tarifas públicas, incluindo-se aí energia elétrica, correios e telecomunicações. Os preços do aço e dos derivados de petróleo também ainda terão de sofrer alguns reajustes até que o governo considere concluído o processo de realinhamento.

Mas, durante o período de conclusão deste processo, há que se adotar uma política especial para a área de abastecimento, de modo a diminuir o impacto dos preços dos produtos básicos de consumo da população.

Ainda durante o período em que durar o processo de realinhamento de preços, o governo não pensa em promover alterações na política salarial. Tais mudanças somente poderão ocorrer numa fase seguinte ao do realinhamento.

Concluído o realinhamento, o governo espera que o mercado se torne mais competitivo, inclusive porque os níveis de consumo estarão se reduzidos substancialmente em vista das perdas de poder aquisitivo da população, que são provocadas principalmente pela defasagem existente entre o disparo do "gatilho salarial" e a inflação decorrida.

Durante o período de realinhamento de preços, o governo espera ter tempo suficiente para finalizar uma negociação da dívida externa e para adotar algumas medidas de redução do déficit público contando, neste último ponto, com um compromisso dos governos estaduais e municipais. Com um ajuste de custos e maior competitividade entre as empresas, a solução da dívida externa e um saneamento da dívida interna o governo espera ter criado as condições ideais para estabilização da inflação. A economia estará, então, pronta para sofrer um segundo choque heterodoxo, segundo se afirma no Palácio do Planalto.

Preocupação de Simon

À saída da audiência com Bresser Pereira, o governador Pedro Simon disse que manifestou ao ministro da Fazenda sua preocupação com a redução da receita dos Estados em função do desaquecimento econômico. "Se isso acontecer, a situação, que já está ruim para os Estados hoje, ficará lastimável", afirmou o governador gaúcho. No entanto, Simon disse que saiu satisfeito com a garantia dada pelo ministro da Fazenda. Observou que o crescimento econômico de 3% ainda gerará um aumento da arrecadação dos Estados e dos repasses do Imposto de Renda e do IPI realizados pelo governo federal aos Estados e municípios.

O ministro da Fazenda também garantiu a Simon que determinou a aceleração dos estudos do programa de saneamento financeiro do Rio Grande do Sul, entregue por Simon ao ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, há dois meses. Bresser também informou ao governador que manterá a linha de crédito especial aos Estados, criada há duas semanas juntamente com a medida que tabelou os spreads (taxas de intermediação dos bancos). Esta linha, que ainda está sendo regulamentada, será operada pelo Banco do Brasil e bancos particulares.

O governador disse que discutiu com Bresser a necessidade dos governos federal e estaduais cortarem "conjuntamente" seus gastos. Observou que Bresser terá que diminuir as despesas públicas "mas sem prejudicar os Estados".

Simon disse ainda que Bresser não antecipou quanto o governo federal poderá aportar ao Rio Grande do Sul dentro do programa de saneamento financeiro, mas destacou que os recursos "não poderão ser pequenos". Informou que necessitaria de 97% da receita líquida do Estado em maio para pagar somente o serviço da dívida global do Estado, de Cr\$ 111 bilhões, nos meses de março e abril.